CARTA POLÍTICA DA ARTICULAÇÃO CAMPONESA DE LUTA PELA TERRA E DEFESA DOS TERRITÓRIOS NO TOCANTINS

Da terra e das águas brota a luta!

Quarenta anos depois, o sangue de Josimo ainda clama por justiça!

Nós, camponesas/es, quilombolas, pescadoras/es e quebradeiras, vindos de 16 comunidades da região centro norte do Tocantins, agentes de pastoral e parceiras/os de luta, reunidos entre os dias 01 e 03 de maio de 2026, durante o XV Encontro de Camponeses e Camponesas, no Acampamento Taboca, município Babaçulândia/TO, celebramos os 15 anos da Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e Defesa dos Territórios.

Neste encontro de formação e reflexão, na preparação da 21ª Romaria e Semana da Terra Padre Josimo, que será realizada no dia 09 de maio de 2026 em Buriti do Tocantins, renovamos o nosso compromisso com a luta em defesa da terra, dos rios, dos babaçuais e da vida das comunidades. Em movimento e em resistência, inspirados no legado do "padre negro de sandálias surradas", que deu sua vida pela justiça no campo. Celebramos e ecoamos o grito de denúncia contra o abandono e a violência que marcam os territórios do Tocantins.

Os dados de 'Conflitos no Campo 2025', da Comissão Pastoral da Terra (CPT), lançados nesse mês de abril, revelam uma realidade de abandono da Reforma Agrária. Enquanto o discurso oficial fala de pacificação no campo, as 70 ocorrências de conflitos no Tocantins evidenciam a persistência da violência, com mais de 3.800 famílias atingidas, um crescimento de 40% em relação ao ano 2024. No conjunto dos conflitos no campo, 45 são por terra e 12 foram por água — deste último, metade atingindo diretamente comunidades quilombolas. Os casos de trabalho escravo também cresceram, com 8 ocorrências em 2025 contra apenas 2 em 2024.

Durante o encontro, diversos depoimentos evidenciaram a estagnação da pauta da Reforma Agrária na maioria das comunidades. Tal situação revela a fragilidade e a inércia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e da Secretaria de Patrimônio da União - SPU na efetivação da reforma agrária, na regularização fundiária e nas políticas públicas no campo. A morosidade institucional não é apenas uma burocracia, é uma escolha política e falta de prioridade, que nos condena à insegurança alimentar e à vulnerabilidade no trabalho e no território.

Comunidades como a Taboca, que nos acolheu durante o encontro, estão há mais de uma década esperando a criação do assentamento em terras que já foram reconhecidas como terra da União e de interesse social para reforma agrária. A maioria dos nossos territórios estão sem estradas, sem acesso a política de habitação, sem crédito, sem assistência técnica, sem acesso digno a educação campo e quilombola, e sem a acesso a saúde. Nessas condições padecemos com o abandono do Estado, o que contribui para a saída forçada da juventude camponesa para as periferias das cidades.

A situação das comunidades quilombolas é igualmente alarmante; a lentidão do INCRA em regularizar os territórios tradicionais impõe uma situação de extrema vulnerabilidade e violências permanentes, com o avanço predatório de empreendimentos como a mineração e o agronegócio.

A Reforma Agrária sem política pública é promessa vazia!

Por outro lado, acompanhamos com indignação o amplo financiamento público ao agronegócio no Tocantins, que segue agindo como uma máquina de destruição do Cerrado, utilizando-se do desmatamento e dos agrotóxicos como arma para expulsar e fragilizar a permanência das comunidades na terra. A falta de fiscalização sobre o uso indevido de agrotóxicos, sobretudo, da pulverização aérea com aviões agrícolas e drones, acende alertas para contaminação dos bens comuns naturais, plantações, animais e de nossos corpos. Assim, nos somamos às companheiras quebradeiras de coco na defesa do babaçu livre, e repudiamos a devastação dos babaçuais pelo desmatamento e agrotóxicos.

Soma-se a tudo isso, a insegurança das comunidades, onde diversas lideranças são perseguidas e estão sob ameaça direta de grileiros, que se sentem protegidos pela impunidade, e avançam sobre os territórios com cercas, tratores e armas. Exigimos proteção para as pessoas que estão na linha de frente da luta pela terra e territórios e a responsabilização dos criminosos grileiros e desmatadores.

Contudo, apesar das violências e entraves na pauta da Reforma Agrária, anunciamos que seguiremos sendo raízes profundas nos nossos territórios, nos organizando e fortalecendo o nosso esperançar. **A Articulação Camponesa está mais viva do que nunca!** Nesses 15 anos aprendemos que a nossa força vem da união e da fé na terra partilhada. Continuaremos ocupando, lutando, produzindo alimentos agroecológicos e defendendo o Cerrado em pé.

Rumo à 21ª Romaria de Padre Josimo, levamos no peito a esperança e a coragem para a luta. Exigimos reforma agrária já, titulação dos territórios quilombolas, o fim da

guerra química contra os nossos bens comuns naturais e o abandono do projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

A terra é de quem nela vive e trabalha!

O sangue dos nossos mártires continue regando nossa coragem.

Acampamento Taboca, Babaçulândia - TO, 03 de maio de 2026.

Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e Defesa dos Territórios no Tocantins
Comissão Pastoral da Terra – Regional Araguaia Tocantins
Comunidade Barriguda (Goiatins-TO)
Comunidade Boa Esperança (Palmeirante-TO)
Comunidade Gabriel Filho (Palmeirante-TO)
Comunidade Tradicional Gleba Tauá (Barra do Ouro-TO)
Comunidade Levinha (Araguaína-TO)
Comunidade Quilombola Dona Domicília (Muricilânidia-TO)
Comunidade Quilombola Dona Juscelina (Muricilânidia-TO)
Comunidade Quilombola Grotão (Filadélfia-TO)
Comunidade Raposa – Território Tradicional da Serra do Centro (Campos Lindos-TO)
Comunidade Serra da Taboca (Babaçulândia-TO)
P.A Antônio Moreira (Ananás-TO)
P.A Deus é Grande (Palmeirante-TO)
P.A Luar do Sertão (Ananás-TO)
P.A Reginaldo Lima (Barra do Ouro-TO)
P.A Remansão (Nova Olinda-TO)
P.A Santo Antônio Bom Sossego (Palmeirante-TO)